

# DA EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA ÀS PERSPECTIVAS PARA GESTÃO PÚBLICA

*Data de aceite: 02/07/2024*

**Efigênia Maria Martins de Melo Paulo**

## 1. INTRODUÇÃO

A Educação a distância aliada ao uso de tecnologias cada vez mais modernas desencadeou avanços para esta modalidade, bem como o processo de ensino aprendizagem e com isso tornou-se essencial para promover o acesso à educação e posteriormente o incentivo ao ensino superior, como forma de aperfeiçoamento através dos cursos de especializações. Neste sentido, torna-se essencial conhecer o período histórico de conquistas no ensino a distância em escala mundial e no Brasil, bem como a legislação para que esta modalidade viesse a ser reconhecida de forma a expandir e garantir o acesso a este ensino. No decorrer dos anos, foram sendo agregadas novas ferramentas, conceitos foram surgindo e à medida que o tempo foi passando foram sendo adaptados a novas realidades, corroborando para melhoria no ensino-

aprendizagem. Surgindo programas e sistemas educacionais de fomento à educação através das especializações e neste contexto, as instituições que oferecem o ensino EAD através de seus cursos, possibilitam através novas formações e capacitações. Neste sentido surgem alguns questionamentos em torno da temática da educação a distância, com relação a sua origem, seus conceitos, se podem de fato servir como oportunidade para gestão pública na área educacional. Portanto, o presente artigo busca conhecer através do cenário atual as novas perspectivas para educação a distância na gestão pública. Dado a relevância do tema em conhecer sobre a modalidade de educação a distância, a proposta requer um trabalho minucioso que resultará numa reflexão para a melhoria na esfera pública. Dessa forma, buscou-se através deste trabalho conhecer o contexto atual do ensino a distância, visando a contribuir com os gestores e com a sociedade. O presente artigo está estruturado em quatro seções: a primeira trata do surgimento da

Educação a distância num contexto global, a segunda apresenta os conceitos da Educação a Distância, a terceira trata da Legislação do ensino a distância no Brasil; a quarta abordará sobre o Plano Nacional de Educação, Universidade Aberta do Brasil e programas de especializações.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A importância dos cursos da educação a distância para melhoria nos serviços do setor público é o propósito deste estudo. Diante disto, se faz necessário conhecermos alguns pressupostos dos e para a educação a distância aplicáveis a este nível de ensino.

### **2.1. O SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

A EaD surgiu na cidade de Boston, nos Estados Unidos, no ano de 1728, e foi se expandindo logo depois de um anúncio no jornal da cidade. O professor Caleb Phillips oferecia um curso de taquigrafia (uma técnica para escrever à mão de forma rápida, usando códigos e abreviações) para alunos em todo o país, com materiais enviados semanalmente pelo correio; este é o primeiro registro de um curso a distância (OLIVEIRA et al, 2019, p. 3).

Para Cerigatto et al (2018): A educação a distância esteve associada com a perspectiva de qualificação profissional, tendo seus primeiros registros datados do século XVIII, em Boston, nos Estados Unidos, onde o professor Philips anunciava e oferecia cursos através de correspondência e declarava que qualquer pessoa que morasse em regiões pequenas dos Estados Unidos poderiam aprender através de seu novo método de ensinar. Segundo este autor, as epístolas de São Paulo, com suas mensagens e textos bíblicos que eram destinados às comunidades cristãs da Ásia Menor são consideradas para alguns estudiosos como os primeiros textos escritos a distância, também considera que o rádio foi um dos meios de comunicação que permitiu a expansão e disseminação desta modalidade.

Outro destaque, segundo Vasconcellos (2006), foi o surgimento de institutos, cursos e escolas. Em 1829 os primeiros institutos, cursos e escolas quando a EaD deu um grande passo em seu desenvolvimento. Na Suécia, se inaugurou o Instituto Líber Hermondes, tendo um quantitativo de 150 mil pessoas atendidas por meio de cursos à distância. Em 1840, no Reino Unido, surgiu, na Faculdade Sir Isaac Pitman, a primeira escola por correspondência da Europa e nos Estados Unidos, em 1892, no Departamento de Extensão da Universidade de Chicago a Divisão de Ensino por Correspondência, para formação de docentes.

Em 1922 ocorreu na União Soviética o ensino por correspondência e no ano 1948 na Noruega foi feita a primeira legislação para escolas com correspondências. Em 1969 no Reino Unido fundou a Universidade Aberta e no ano de 1977, na Venezuela foi criada a primeira a Universidade Nacional Aberta; em 1978, criou a Universidade estadual a distância; Em 1984 na Holanda foi implantada a Universidade aberta; Em 1985, foi fundada a Associação Europeia da Escolas por Correspondências (AEEC); Em 1985 na Índia,

ocorreu a implantação da Universidade Aberta Indira Gandhi; Em 1987, o parlamento Europeu publicou uma resolução sobre as Universidades Abertas na Comunidade Europeia; Em 1987, foi fundada a Fundação Europeia de Universidade de Ensino a Distância; em 1988, em Portugal fundada a Universidade aberta; em 1990 ocorreu a implantação da rede Europeia a distância de Educação a distância, com base na declaração de Budapeste; Em 1991, relatório da comissão sobre a Comissão Aberta e a Distância na comunidade Europeia (VASCONCELOS, 2006 apud CORRÊA, 2005).

De acordo com Maia & Mattar (2007) citando alguns marcos do desenvolvimento da Educação a distância no Brasil, destaca:

As Escolas internacionais e cursos para correspondência em 1904 - O Jornal do Brasil iniciou suas atividades em 1891 registrou em sua primeira edição dos classificados anúncio de curso para profissionalização para datilógrafo por meio de correspondências. A implantação das “Escolas Internacionais” é considerada um marco porque representavam organizações norte-americanas que ofereciam cursos em espanhol. A educação a distância neste período manteve a utilização de material impresso, complementando depois o método com novos recursos; áudios e vídeos, transmissão de rádio e televisão, videotextos, computador e posteriormente passando a fazer uso de tecnologia de multimídias.

A Rádio-Escola 1923 ocorreram várias iniciativas destaque para o grupo que tinha como lideranças Henrique Morize e Roquette-Pinto que criou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que oferecia cursos de português, francês, silvicultura, literatura francesa, esperanto, rádio telegrafia e telefonia. No ano de 1927 no Rio de Janeiro foi criada a Comissão de Cinema de Educação e adiante educadores lançaram o Manifesto da escola Nova (1932) que propunha para a educação brasileira o uso de recursos de rádio, cinema e impressos; (1934) instalada a rádio- escola Municipal do Edgard Roquette Pinto. A emissora Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (1936) foi doada ao Ministério da Educação e Saúde, depois foi criado o serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação;

A Rádio monitor, em 1939 onde os primeiros institutos ofereciam de forma sistemática os cursos à distância por correspondência, profissionalizantes, dentre os quais o Instituto Rádio Técnico Monitor (1939) e o Instituto Universal Brasileiro (1941);

O Instituto Universal Brasileiro - IUD (1941) foi um dos precursores do EaD no Brasil; A voz da profecia (1941), que começou nos Estados Unidos em 1929 com transmissão de séries bíblicas por rádio, que em 1943 passaram a ser gravados discos e transmitido programas por rádio. Assim foi ao ar o primeiro programa religioso através do rádio;

O Senac, Sesc e Universidade do Ar em 1947, ressalta-se que em 1941 já havia sido criado uma Universidade do Ar, no entanto, esta durou apenas dois anos, neste período foram ofertados cursos comerciais radiofônicos, durante esta experiência até 1941. Em 1976 foi criado o Sistema Nacional de Teleducação, com enfoque em correspondência e com experiências com rádio e TV. A partir de 1983. O SENAC em parcerias desenvolveu uma série de programas radiofônicos para orientação profissional na área do comércio e

serviços, com a denominação de *Abrindo Caminhos*. Em 1988 o sistema foi informatizado e no ano de 1995 foi criado o Centro Nacional de Educação a Distância (Cead). Em 2000 foi criada a rede Nacional de Teleconferência com transmissão via satélite pela STV - Rede Sesc - Senac de Televisão. Em 2001, passou a ser oferecido cursos de especialização a distância.

A Criação do MEB - 1961 , foi criada no Estado do Rio Grande do Norte, pela Diocese de Natal (1959) algumas Escolas radiofônicas que originaram o Movimento de Educação de Base. A Ocidental School foi criada em 1962, em São Paulo, com enfoque na área eletrônica; em 1967 foi criado o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), que utilizava a metodologia através de correspondência nas atividades de educação a distância;

Neste mesmo ano foi criada a Fundação Padre Landell Moura, utilizava-se de métodos por correspondência e através do rádio.

Em 1967 foi criado o Projeto Saci (Satélite Avançado de Comunicação Interdisciplinares) pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que tinha como premissa a criação de um Sistema de Nacional de Telecomunicações por Satélite. Esse projeto foi pioneiro e visava a comunicação em massa para prestações de serviços na área da educação, vindo a encerrar em 1976.

O projeto Minerva (1970), foi uma parceria entre o Ministério da Educação, a Fundação Padre Landell de Moura e a Fundação Padre Anchieta que teve como alvo a ser alcançado a educação e inclusão social de adultos por meio do rádio, ficando vigente até 1980.

O Telecurso - eram cursos supletivos oferecidos de caráter privado e por organizações não-governamentais, eram utilizadas tecnologias de teleducação, por via satélite e materiais impressos. Na década de 70 a Fundação Roberto Marinho iniciou um programa para educação no supletivo de 1º e 2º graus, que ficou conhecido como telecurso 2000. Eram utilizados livros, vídeos e transmissão por TV, eram disponibilizadas salas para que os alunos pudessem assistir e acessar o material de apoio.

O Centro Internacional de Estudos Regulares (Cier) do colégio Anglo-americano foi fundado em 1981, oferecia ensino fundamental e médio, que permitia que crianças de famílias advindas do exterior pudessem ter acesso à educação no Brasil.

O Salto para o Futuro, foi criado o Programa Jornal da Educação - edição Professor, teve origem na Fundação Roquette Pinto, iniciou-se em 1991, Em 1995 já com o nome intitulado de Salto para o Futuro foi englobado com a TV Escola (Canal Educativo da Secretaria da Educação a distância do ministério da Educação. Este foi um programa de formação continuada visando aperfeiçoar professores do ensino fundamental e dos cursos de magistério. As secretarias de educação e o Sesc eram parceiras responsáveis no acompanhamento das salas de aulas nos Estados.

Após os referidos marcos já contemplados, ressalta-se a importância de cada etapa que contribuíram para o avanço e desenvolvimento do ensino a distância, considera-se também a abrangência em que diversas áreas permeáveis para que a educação viesse a expandir e proporcionar no que tange ao acesso à educação, como também a capacitação e aperfeiçoamento de professores.

De acordo com Maia e Mattar (2007, p. 27): “No fim da década de 1980 e início dos anos 90, nota-se um grande avanço da EaD brasileira, especialmente em decorrência dos processos de informatização, bem como da difusão das línguas estrangeiras”.

## 2.2 CONCEITOS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A Educação a Distância é um método de ensino muito usado no mundo. Conforme Oliveira et al, (2019) no Brasil, não é difícil encontrar pessoas que já fizeram ou estão fazendo algum curso através dessa modalidade de ensino e há muitos estudiosos se debruçando em torno do tema. Isto permite fazer um apanhado sobre a questão dos conceitos de EaD.

Recorrendo a Bernardo (2004, p. 4), podemos mencionar como principais conceitos de Educação a Distância, quais sejam:

- Dohmem (1967): Educação a distância (Ferstudium) é uma forma sistematicamente organizada de autoestudo onde o aluno se instrui a partir do material de estudo que lhe é apresentado, o acompanhamento e a supervisão do sucesso do estudante são levados a cabo por um grupo de professores. Isto é possível através da aplicação de meios de comunicação capazes de vencer longas distâncias.
- Peters (1973): Educação/ensino a distância (Fernunterricht) é um método racional de partilhar conhecimento, habilidades e atitudes, através da aplicação da divisão do trabalho e de princípios organizacionais, tanto quanto pelo uso extensivo de meios de comunicação, especialmente para reproduzir materiais técnicos de alta qualidade, os quais tornam possível instruir um grande número de estudantes ao mesmo tempo, enquanto esses materiais durarem. É uma forma industrializada de ensinar e aprender.
- Moore (1973): Ensino a distância pode ser definido como a família de métodos instrucionais onde as ações dos professores são executadas a parte das ações dos alunos, incluindo aquelas situações continuadas que podem ser feitas na presença dos estudantes. Porém, a comunicação entre o professor e o aluno deve ser facilitada por meios impressos, eletrônicos, mecânicos ou outros.
- Holmberg (1977): O termo educação a distância esconde-se sob várias formas de estudo, nos vários níveis que não estão sob a contínua e imediata supervisão de tutores presentes com seus alunos nas salas de leitura ou no mesmo local. A educação a distância se beneficia do planejamento, direção e instrução da organização do ensino.
- Keegan (1991): O autor resume os elementos centrais dos conceitos acima: separação física entre professor e aluno, que a distingue do

ensino presencial; influência da organização educacional (planejamento, sistematização, plano, organização dirigida etc.), que a diferencia da educação individual; utilização de meios técnicos de comunicação para unir o professor ao aluno e transmitir os conteúdos educativos; previsão de uma comunicação de mão dupla, onde o estudante se beneficia de um diálogo e da possibilidade de iniciativas de dupla via; possibilidade de encontros ocasionais com propósitos didáticos e de socialização.

- Chaves (1999): A EaD, no sentido fundamental da expressão, é o ensino que ocorre quando o ensinante e o aprendente estão separados (no tempo ou no espaço). No sentido que a expressão assume hoje, enfatiza-se mais a distância no espaço e se propõe que ela seja contornada através do uso de tecnologias de telecomunicação e de transmissão de dados, voz e imagens (incluindo dinâmicas, isto é, televisão ou vídeo). Não é preciso ressaltar que todas essas tecnologias, hoje, convergem para o computador.

Os conceitos de educação a distância no decorrer do tempo foram se agregando às novas tecnologias, que diante de novas realidades possibilitaram o aperfeiçoamento do ensino-aprendizagem. Neste sentido, para Silva (2019, p. 110): “As TIC são a representação dos processos tecnológicos vigentes nas sociedades contemporâneas.”

Em termos dinâmicos, o conceito é revisitado em Costa (2017) sob impacto das tecnologias e nos oferece outra percepção de EaD sob a presença delas. Partindo de Costa, este autor considera que a educação a distância é uma forma de ensino aprendizagem, cuja mediação ocorre por meio de tecnologia da informação e comunicação, conforme :

É uma forma de ensino-aprendizagem mediada por Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) que permite que o professor e o estudante estejam em ambientes físicos diferentes. Isso significa que, ao invés de todos se encontrarem em uma sala de aula, com dia e hora marcados, cada um estuda em um horário diferente e onde quiser, por exemplo, em casa, na biblioteca, no trabalho etc. (COSTA, 2017, p.61 ).

Conforme Landim (1997 apud COSTA, 2017):

O termo ENSINO está mais ligado às atividades de treinamento, adestramento, instrução. Já o termo EDUCAÇÃO refere-se à prática educativa e ao processo ensino-aprendizagem que leva o aluno a aprender, a saber pensar, criar, inovar, construir conhecimentos, participar ativamente de seu próprio conhecimento (LANDIM, 1997 apud COSTA, 2017).

Sobre a questão de relação entre da educação a distância no contexto de novas tecnologias, de acordo com Correia (2015): o objetivo inicial da Educação a distância era de garantir o acesso não apenas a todos cidadãos como também a autonomia do estudante, entretanto essa atuação teve outras dimensões diversificadas que possibilitaram ampliar e aprimorar este conhecimento, através do aprimoramento do currículo, formações continuadas, partilhando informações, desenvolvendo competências e habilidade coletivas, nesta relação de informações, conhecimento e gestão deste aprendizado, com a cooperação colaborativa dentre outros.

A educação a distância ela é realizada por meio de recursos tecnológicos, que no processo do ensino tornam-se essenciais e que devem propiciar para a educação uma aprendizagem significativa e mais efetiva, onde o aluno neste processo de ensino-aprendizagem tenha autonomia participando de forma ativa na sua formação e busca de conhecimento, embora em espaços e tempos diferentes, requer de sua parte esta disponibilidade. Diante de todos os conceitos supracitados percebe-se uma evolução e marcos que contribuiram para a criação de legislação que amparasse a modalidade, conforme veremos a seguir.

### *2.2.1 Legislação do Ensino a Distância no Brasil*

De acordo com a Lei Nº 9.394 publicada em 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, conforme o artigo 80, parágrafo 1º estabelece que:

Art. 80 O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

Sendo salutar destacar as competências para cada esferas, conforme estabelecido a LDB, conforme o artigo 8º nos parágrafos 2º e 3º :

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

Dos Sistemas de ensino, conforme a lei supracitada, em seu art. 14º estabelece que os sistemas de ensino definem as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, e como uns dos princípios a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.

Neste sentido outro marco a ser destacado foi o Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017, regulamentou o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, sobre as diretrizes e bases da educação nacional, que em seu art. 1º e 2º estabelece que:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

Este decreto também estabelece que a educação básica e o ensino superior poderá ofertar a modalidade a distância, conforme:

Art. 2º A educação básica e a educação superior poderão ser ofertadas na modalidade a distância nos termos deste Decreto, observadas as condições de acessibilidade que devem ser asseguradas nos espaços e meios utilizados.

Considera-se os avanços na legislação brasileira, de forma que elas asseguram o acesso a esta modalidade, definem as competências de cada ente federado, estabelecem as suas diretrizes e o desenvolvimento para promover o incentivo através de programa de ensino a distância.

### *2.2.2 Plano Nacional de Educação, Universidade Aberta do Brasil e Programas de Especializações com utilização da EAD*

As políticas públicas direcionadas à economia, saúde, educação, segurança, trabalho, socioambiental, de tecnologia e inovação, são medidas e ações que o Estado adota para atender desejos manifestados pela sociedade (Pereira, 2008). Com relação a estruturação das políticas públicas devem ser bem delineadas, de acordo com as prioridades, princípios, objetivos e as diretrizes, estando em consonância com as normas da constituição, para que atendam as demandas da sociedade, numa ação conjunta a nível federal, estadual e municipal.

A Lei Nº 13.005, de 25 de Julho de 2014, trata da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências e estabelece em seu Art. 1º que a aprovação do Plano Nacional de Educação teria vigência de dez anos. O Plano Nacional de Educação também estabeleceu no seu Art. 2º desta Lei supracitada acima, suas diretrizes: Erradicar o analfabetismo; universalizar o atendimento escolar; superar as desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; melhorar a qualidade da educação; formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; promover o princípio da gestão democrática da educação pública; promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; estabelecer meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; valorização dos profissionais da educação; promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2023).

Neste sentido, destaca-se o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que é um sistema que foi instituído pelo Decreto nº 5.800, em 08 de junho de 2006, que visa “o desenvolvimento da modalidade a distância, tendo como finalidade a expansão e interiorização a oferta de cursos e programas de ensino superior no país”. É um sistema integrado por universidades públicas que oferecem cursos superiores por meio da Educação a distância, com prioridade na formação inicial e continuada, assim como

dirigentes, gestores e profissionais que atuam na educação nos estados, municípios e do Distrito Federal (BRASIL, 2023).

De acordo com o decreto supracitado, a UAB tem os seguintes objetivos: oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica; oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento; ampliar o acesso à educação superior pública; reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País; estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras para o Ensino Superior, apoiadas em tecnologias de informação e comunicação (BRASIL, 2006).

Nesta perspectiva, nos objetivos da Diretoria de Educação a Distância da CAPES (UAB) destacam-se: I Fomentar as instituições públicas de ensino superior e polos municipais de apoio presencial, visando à oferta de qualidade de cursos de licenciatura na modalidade a distância; II. Articular as instituições públicas de ensino superior aos polos municipais de apoio presencial, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil - UAB; III. Subsidiar a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores, potencializando o uso da metodologia da educação a distância, especialmente no âmbito da UAB; IV. Apoiar a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica, mediante concessão de bolsas e auxílios para docentes e tutores nas instituições públicas de ensino superior, bem como tutores presenciais e coordenadores nos polos municipais de apoio presencial; e V. Planejar, coordenar e avaliar, no âmbito das ações de fomento, a oferta de cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições públicas e a infraestrutura física e de pessoal dos polos municipais de apoio presencial, em apoio à formação inicial e continuada de professores para a educação básica (BRASIL, 2023).

Compete aqui destacar o programa da UAB, com enfoque na administração pública: O Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP). Este é um programa do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), lançado em 2009, que tem como área de atuação a formação, capacitação dos quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo), micro (unidades organizacionais) e sistemas públicos. Os cursos foram projetados com o objetivo principal de formar e qualificar pessoal de nível superior visando ao exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal. O Sistema UAB oferta cursos na área da Administração Pública, compreendidos em: bacharelado em Administração Pública, especialização em Gestão Pública, especialização em Gestão Pública Municipal e especialização em Gestão em Saúde (BRASIL, 2023).

### 3. METODOLOGIA

A pesquisa que produziu este estudo foi caracterizada como qualitativa, quanto e de natureza descritiva e documental onde buscou como fontes a revisão de bibliografias revelar quais perspectivas diante do cenário para Educação a Distância e os desafios para eficiência na gestão pública. De acordo com Lakatos & Marconi (2003, p.183) : “Da mesma forma na que as fontes de documentos, às bibliográficas variam, fornecendo aos pesquisadores diversos dados e exigindo manipulação e procedimentos diferentes”, os dados foram confrontados de modo a permitir a compreensão sobre as hipóteses de estudo consolidando-se como uma pesquisa exploratória uma vez que o estudo se encontra na fase preliminar e tem os objetivos permitirão mais informações sobre o assunto investigado, possibilitando melhor definição e delineamento do tema (Prodanov & Freitas, 2013). Neste sentido, a pergunta norteadora: Quais perspectivas do cenário atual da educação a distância para a gestão pública? Foi conduzida pelo objetivo geral de conhecer através do cenário atual da educação a distância às perspectivas para a gestão pública. Para atendimento a este objetivo geral, os objetivos específicos buscaram: a) identificar por meio de documentos oficiais quais dados que norteiam o cenário atual quanto a política e oferta da educação a distância pelo poder público; b) Conhecer a evolução da educação a distância, como se deu o processo abrindo caminho para os cursos de graduação e especialização na modalidade de educação a distância; c) Verificar quais os desafios se apresentam, considerando o levantamento realizado. De maneira geral, o estudo pretendeu contribuir para promover o fomento e a disseminação deste conhecimento e oferecer elementos voltados para melhoria na gestão pública no campo da Educação a Distância.

A partir da questão central e dos objetivos, outros questionamentos se mantiveram ao largo da discussão, porém com importância significativa: qual foi o processo desencadeado para que houvesse fomento em cursos de graduação e especializações a distância e quais os desafios e contribuições para esta modalidade, decorrente dessa expansão. A pesquisa explorou este tema, de forma a permitir uma descrição dos desafios e ao mesmo tempo uma contribuição no que diz respeito a disseminação do conhecimento e melhoria na gestão pública na esfera educacional. Os procedimentos da pesquisa foram de caráter descritivo e exploratório, cujos dados foram obtidos por meio da base pública de dados do Instituto de Pesquisa Anísio Teixeira (INEP), e revisão teórica de cunho bibliográfico que permitiram análise crítica dos dados. Assim, os instrumentos de coleta de dados foi realizada com base no Censo do ensino Superior 2021 e o Censo da Educação Básica 2021. Isto justificou-se porque as políticas públicas de incentivos e fomento são realizadas através de Programas destinados à formação de Professores da Educação Básica, dentre outros programas que investem em formação e capacitação de profissionais na área administrativa.

A análise dos resultados foi baseada a partir da compilação dos dados compreendidos a partir da apresentação descritiva e não paramétrica dos mesmos, correspondendo a apresentação dos achados que possam aclarar e possibilitar as respostas as questões de pesquisa levantados.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira (INEP), o censo da educação superior de 2021, constatou aumento no número dos de ingressos em 2021, este aumento de forma significativa na modalidade a distância, enquanto na modalidade presencial ocorreu uma queda.

O número de ingressantes entre 2020 e 2021, ocorreu na modalidade a distância, com variação 23,3% entre esses anos. Nos cursos presenciais houve um decréscimo de -16,5%; Entre 2011 e 2021, o número de ingressos variou negativamente (-23,4%) nos cursos de graduação presencial; nos cursos à distância ocorreu aumento de 474,0%; A participação percentual dos ingressantes em cursos de graduação a distância em 2011 era 18,4%; em 2021, foi de 62,8%. ( INEP, 2022). Em 2021 o número de alunos continuou crescendo nas matrículas da educação superior (graduação e sequencial) e atingiu o correspondente a 8.986.554, chegando a quase nove milhões.

O Inep (2021) registrou que este acréscimo já estava sendo sinalizado desde o ano 2019, sendo no ano de 2020, o período em que registra que o número de ingressantes em EaD ultrapassou o de estudantes que iniciaram a graduação presencial, importante destacar que a maioria destes estudantes estão em instituições privadas. Nessa rede de ensino, 70,5% dos estudantes, em 2021, ingressaram por meio de cursos remotos (INEP, 2021). O censo registrou a composição de Educação Superior Brasileira possui um total de 2.574 entre Instituições públicas e privadas. Dentre os quais de acordo com a sua organização, destacamos: Universidades, Centros Universitários, Faculdades, Institutos Federais e Cefets (INEP, 2021).

Da organização acadêmica e categorias administrativas com seu respectivo quantitativo temos as seguintes divisões: Pública e privada. Sendo nas universidades: Pública (113), privada (91); Dos Centro Universitário Público (12) , Privado (338) ; As faculdades : públicas (147), Privadas (1.832) ; Os Institutos federais e Cefet: Pública (41) e Privada (0). Ficando assim distribuídos por 87,8% que correspondem a 2.261 instituições privadas e dos 1,2% são instituições públicas que totalizam 313 instituições, das quais estão subdivididas respectivamente em : Federal (4,6%), Estadual (5,2%) e (2,3%) a Municipal (INEP, 2021). Destaca-se aqui que 87,6% das instituições de educação superior são privadas, apenas 12,2% são instituições públicas.

Compete aqui destacar a importância entre a União, os Estados e os Municípios, nesta somatória de esforços na busca de parcerias para que as políticas públicas sejam implementadas e executadas com eficiência.

No quadro a seguir constam dados relevantes obtidos do Censo da Educação Superior, conforme veremos abaixo:

QUADRO 1 - RESULTADO DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2021

Ações	Temas	Descrição dos dados
1	Percentual do número de instituições de Educação Superior, por categoria administrativa-2021,	Há 313 IES públicas e 2.261 IES privadas no Brasil; 87,6% das instituições de educação superior são privadas. Em relação às IES públicas: 42,8% são estaduais (134 IES); 38,0% são federais (119); e 19,2% são municipais (60). Entre as IES privadas, predominam as faculdades (81,0%); Quase 3/5 das IES federais são universidades e 34,5% são Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets)
2	Distribuição das IES e por organização acadêmica Brasil- 2021	As 204 universidades existentes no Brasil equivalem a 7,9% do total de IES. Por outro lado, 55,1% das matrículas de graduação estão concentradas nas universidades; <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apesar do alto número de faculdades, nelas estão matriculados apenas 13,4% dos estudantes de graduação.</li> </ul> Em 2021, 43.085 cursos de graduação e 17 cursos sequenciais eram ofertados em 2.574 IES no Brasil
3	Participação Percentual do Número de Matrículas em cursos de graduação a distância, por categoria administrativa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Na modalidade a distância, o aumento foi de 19,7% no mesmo período, menor que o crescimento registrado no período 2019-2020 (26,8%);</li> <li>• Entre 2011 e 2021, as matrículas de cursos de graduação a distância aumentaram 274,3%, enquanto na modalidade presencial não houve crescimento, queda de -8,3%.</li> </ul> O número de matrículas na modalidade a distância continua crescendo, atingindo mais de 3 milhões em 2021, o que já representa uma participação de 41,4% do total de matrículas de graduação.
4	Número de Ingresso por modalidade 2011 a 2021	O aumento do número de ingressantes entre 2020 e 2021 é ocasionado, exclusivamente, pela modalidade a distância, que teve uma variação positiva de 23,3% entre esses anos; já nos cursos presenciais houve um decréscimo de -16,5%. A participação percentual dos ingressantes em cursos de graduação a distância em 2011 era de 18,4%; essa participação, em 2021, foi de 62,8%. O volume de ingressos em 2021 teve um aumento significativo na modalidade a distância. Na modalidade presencial houve uma queda
5	Número de Ingressos por Categoria Administrativa 2011 a 2021	Em 2021, o número de ingressantes teve um crescimento de 4,8% em relação a 2020; <ul style="list-style-type: none"> <li>• Entre os anos de 2020 e 2021, houve uma queda no número de ingressantes na rede pública (-6,6%);</li> <li>• A rede privada continua com a expansão do número de ingressantes: em 2020/2021 houve uma variação positiva de 6,6%;</li> <li>• No período compreendido entre 2011 e 2021, a rede privada cresceu 86,0%. A rede pública aumentou 0,3% no mesmo período</li> </ul> Em 2021, quase 4,0 milhões de alunos ingressaram em cursos de graduação. Desse total, 87,5% em instituições privadas.

6	Participação percentual e número de docentes na educação superior, por grau de formação e regime de trabalho, segundo grau acadêmico	Quase metade dos docentes de cursos tecnológicos têm o regime de trabalho em tempo integral (44,2%), mas é o menor percentual comparado com os cursos dos demais graus acadêmicos: licenciatura (76,9%) e bacharelado (58,2%); <ul style="list-style-type: none"> <li>Em 2021, a participação percentual de docentes com doutorado nos cursos de licenciatura foi de 67,3%, enquanto os cursos de bacharelado e tecnológicos registraram 59,3% e 37,9%, respectivamente.</li> </ul> Os cursos de licenciatura têm o maior percentual (76,9%) de docentes com o regime de trabalho em tempo integral
7	Perfil dos docentes de instituição de Educação Superior por categoria administrativa (Pública e Privada) - 2021	Tanto na rede privada quanto na rede pública, os docentes são majoritariamente homens; <ul style="list-style-type: none"> <li>40 anos é a idade mais frequente dos docentes em instituições públicas e, nas instituições privadas, 41 anos.</li> <li>Os doutores são mais frequentes na rede pública, enquanto na rede privada predominam os mestres;</li> <li>Em relação ao regime de trabalho, enquanto a moda dos docentes da rede pública é integral, na privada é parcial. O típico docente da rede pública possui doutorado. O mestrado é o grau de formação mais frequente na rede privada.</li> </ul>
8	Perfil Discente e vínculo de modalidade	Em relação ao número de estudantes, o sexo feminino predomina em ambas as modalidades de ensino; <ul style="list-style-type: none"> <li>O turno noturno é o que possui mais estudantes nos cursos de graduação presencial;</li> <li>Alunos matriculados em cursos de bacharelado são a maior parte na modalidade presencial e a distância</li> </ul>
9	Número de matrículas por grau acadêmico 2011-2021	Entre 2011 e 2021, a matrícula na educação superior aumentou 32,8%; A média de crescimento anual do número de matrículas é de 2,9% a.a.; Em relação a 2020, a variação positiva foi de 3,5%. Em 2021, o número de matrículas na educação superior (graduação e sequencial) continuou crescendo, atingindo quase nove milhões
10	Participação percentual e número de docentes na educação superior por grau de formação e regime de trabalho, segundo o grau acadêmico 2021	Quase metade dos docentes de cursos tecnológicos têm o regime de trabalho em tempo integral (44,2%), mas é o menor percentual comparado com os cursos dos demais graus acadêmicos: licenciatura (76,9%) e bacharelado (58,2%); <ul style="list-style-type: none"> <li>Em 2021, a participação percentual de docentes com doutorado nos cursos de licenciatura foi de 67,3%, enquanto os cursos de bacharelado e tecnológicos registraram 59,3% e 37,9%, respectivamente.</li> </ul> Os cursos de licenciatura têm o maior percentual (76,9%) de docentes com o regime de trabalho em tempo integral
11	Participação dos docentes em cursos de graduação por modalidade, segundo o grau de formação 2021	A maioria dos docentes de cursos presenciais é composta por doutores (60,3%). Na modalidade a distância, a maior parte é de mestres (46,7%); nos cursos presenciais, 89,9% dos docentes possuem mestrado ou doutorado. Nos cursos à distância, esse percentual é de 89,2%. Apesar dos cursos na modalidade a distância terem um percentual menor de doutores, eles possuem maior percentual dos docentes que têm mestrado em sua formação, comparando com os cursos presenciais

Elaborada pela autora, dado INEP (2021)

No Período de 2011 até 2021, em que o percentual de matriculados nos cursos de graduação por categoria e em curso a distância, houve um aumento da EaD em 274,3%, enquanto, nos presenciais, houve queda de 8,3%. As instituições privadas foram as que

concentraram a maioria dos matriculados: 76,9%. Já as instituições públicas registraram 23,1% deles. Ainda se registrou que entre 2011 e 2021, o percentual 32,8% de aumento de estudantes matriculados na educação superior, o que corresponde a uma média de 2,9% ao ano. Evidenciou neste Censo da educação superior que os números de matrículas na modalidade a distância continuam crescendo, atingindo em 2021 mais de 3 milhões, o que representa a participação 41,4% de do total de matrículas de graduação.

O número de matrículas em cursos de graduação presencial diminuiu -5,5% entre 2020 e 2021, enquanto a modalidade a distância, o aumento foi de 19,7% no mesmo período, menor que o crescimento registrado no período 2019-2020 (26,8%). (INEP, 2021).

Verificando os dados com o do Censo da Educação Básica, o censo registrou que as matrículas em 2021 foram de 46,7 milhões de matrículas nas 178,4 mil escolas de educação básica no Brasil, cerca de 627 mil matrículas a menos em comparação com 2020, que corresponde 1,3% do total. O Censo da educação básica também registrou 7,8 milhões de matrículas no ensino médio em 2021, aumentando 2,9% no último ano. Esse crescimento estabelece uma tendência de aumento nas matrículas observadas nos últimos dois anos com acréscimo de 4,1% entre 2019 e 2021. (INEP, 2021).

Das matrículas da rede federal 82,3% estão concentradas nas universidades e nos institutos federais 17,2%. E os cursos de bacharelado mantêm sua predominância na educação superior com uma participação de quase 2/3 das matrículas. Os cursos tecnológicos registraram crescimento (12,8%) entre os graus acadêmicos. Cerca de 83,5% dos estudantes da educação superior que concluíram os cursos de graduação em 2021 são da rede privada e 16,5% são da rede pública. Cerca 1,3 milhão de estudantes concluíram a sua graduação neste período.

O Censo da Educação Superior constatou ainda que a maioria dos docentes de cursos presenciais é composta por doutores (60,3%) dos docentes em cursos de graduação, por modalidade de ensino. Na modalidade a distância, a maior parte dos docentes são mestres (46,7%); já nos cursos presenciais, 89,9% dos docentes possuem mestrado ou doutorado. Sendo 89,2% nos cursos à distância com este percentual. (INEP, 2021, p. 31).

Este dado está em consonância com a meta 13 do Plano Nacional de Educação (PNE) que estabelece que a elevação da qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores (BRASIL, 2023). Neste sentido, conforme o dado alinhado com a meta, os dados constatam que o percentual de formação para o número alcançado com doutorado é satisfatório e ultrapassou a meta pretendida.

Na Educação Básica, foram registrados 2,2 milhões de docentes na educação básica brasileira. A maior parte deles atua no ensino fundamental (62,7%), em que se encontram 1.373.693 docentes atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, 86,4% têm nível superior completo (83,4% em grau acadêmico de licenciatura e 3,0% de bacharelado)

e 9,2% têm ensino médio normal/magistério docentes que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental (INEP, 2021).

Traçando um paralelo com a meta 15 do Plano Nacional de Educação com outra meta prevista que garante esta colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que assegura todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

O Censo da Educação Básica apontou algumas regiões com limitações, mas também considera um recurso importante para as escolas nos tempos atuais é a internet. Ao avaliar a disponibilidade de internet nas escolas da educação básica, percebe-se que esse recurso é pouco presente (proporção geral inferior a 60%) nos estados do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Roraima e Amapá. Verificou-se também no Censo da Educação Básica que os recursos tecnológicos estão mais disponíveis nas escolas de ensino médio que nas de ensino fundamental. Apesar de possuir o maior número de escolas do ensino fundamental, a rede municipal é a que menos dispõe de recursos tecnológicos, como lousa digital (10,8%), projetor multimídia (55,4%), computador de mesa (39,2%) ou portátil (25,8%) para os alunos e disponibilidade de internet (27,8%) para uso dos estudantes. (INEP, 2021).

O Censo da Educação Básica trouxe os resultados de uma pesquisa intitulada “Resposta Educacional à pandemia de Covid 19” ocorrida em 2020. Ressalta-se de acordo com o documento que a pesquisa Suplementar foi respondida por 168.739 escolas. A pesquisa em comento foi realizada em 2021, teve como finalidade averiguar as medidas pedagógicas e sanitárias adotadas. A pesquisa constatou que as escolas da rede federal foram as que mais ofereceram apoio de comunicação e tecnologia aos seus alunos. Dos recursos tecnológicos utilizados pelas escolas das redes federal, estadual e privada (70%) adotaram aulas síncronas (por internet, televisão ou rádio) para desenvolver as atividades de ensino-aprendizagem, na rede municipal, apenas 31,9% das escolas adotaram essa estratégia e as demais optaram por disponibilizar aulas gravadas para os alunos, isso em torno de 50,5%, a pesquisa registrou a carência de infraestrutura de internet nas escolas municipais, constatou dificuldades de acesso à internet por parte dos alunos, mostrou limitações principalmente no que tange aos municípios.

Diante dos dados da pesquisa supramencionada pelo Censo da educação básica, podemos inferir mediante o exposto, que além de desafios, podemos vislumbrar no que concerne ao cenário projetado, em que apesar dos desafios, podemos lançar um novo olhar, através de novas perspectivas de ensino-aprendizagem, através da modalidade de ensino a distância, na esfera federal, estadual e municipal, sobretudo na esfera municipal, também necessidade de investimentos em tecnologias e em recursos tecnológicos para melhorias nos processos de ensino-aprendizagem.

Apoiando-nos em contribuições de Correia (2015) Alves (2011) e Moran (2009), importa destacar a confirmação contida nas contribuições destes autores diante dos dados apresentados e compilados no trabalho. Vejamos:

Para Correia (2015, p. 34) Considera que “o aprendizado à distância sempre existiu, mas o ensino era restrito a poucos e o conhecimento também. É a evolução dos meios de comunicação que leva ao crescimento das possibilidades de utilização desses recursos no âmbito educacional”. Os dados apresentados mostraram que a Educação a distância é uma modalidade que permite que as metas possam ser alcançadas, possibilita novas formas de ensino-aprendizagem, além do mais deve-se quebrar paradigmas no que concerne à educação a distância ser vista com preconceito.

Para Alves (2011), “a Educação a Distância pode ser considerada a mais democrática das modalidades de educação, pois se utilizando de tecnologias de informação e comunicação transpõe obstáculos à conquista do conhecimento.”. Ressalta-se aqui a relevância dos sistemas de ensino que favorecem também a formação de profissionais, professores na educação básica do ensino superior garantindo a formação continuada aos profissionais na área de atuação, levando em consideração necessidades.

Nesta perspectiva Moran (2009, p.67), o autor indicou que este cenário já era esperado, pois conforme: “A educação a distância está se transformando, de uma modalidade complementar ou especial para situações específicas, em referência para uma mudança profunda do ensino superior como um todo”. Para este autor (Moran, 2009), o mundo está conectado em redes, aumentando a mobilidade em um mundo conectado em redes, onde aumenta a mobilidade, o que constitui a educação a distância não apenas uma modalidade complementar mas um eixo que pode promover mudanças no ensino superior em todo o âmbito educacional.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação a distância tem se expandido mas até pouco tempo atrás isto parecia ser algo longínquo mostrou-se desenvolve-se a partir da importância do investimento nesta área. Aqui nos propusemos a demonstrar o cenário atual da educação a distância diante dos dados oficiais, que, por si, já se impõe frente as perspectivas para gestão pública. A Educação a distância está consolidando-se como um novo panorama apresentado, muitos investimentos são compreendidos como avanços do ensino a distância e expansão do acesso e da oferta, considerando a trajetória da modalidade desde o seu início e que foi se atualizando e se adaptando no decorrer dos anos.

No Brasil, a modalidade tem se apresentado com avanços, mas certamente necessita de mais investimentos no ensino EAD por parte da administração pública, porque em comparação com a iniciativa privada pressupõe-se que há investimentos e fomento nesta modalidade. Os dados do Censo da Educação Superior 2021, com base na série

histórica dos anos de 2011 a 2021 apontaram o crescimento da modalidade a distância em detrimento do presencial, podemos abrir um espaço para a situação em que o Brasil e mundo inteiro viveu com a pandemia da Covid 19, que foi um momento difícil para o mundo inteiro e a princípio trouxe grandes desafios para as escolas públicas, em que de repente alunos, professores e pais tiveram que se adaptar e aprender a utilizar novas tecnologias e plataformas para a comunicação.

Diante disso, os dados nesta pesquisa demonstraram que a educação a distância no ensino superior não pode ser ignorada nos planejamentos, nem ser vista como mero preconceito, haja vista não ser uma modalidade nova, se coloca como possibilidade para gestão pública nas suas competências. Como desafios deve-se continuar incentivando os cursos de graduações, especializações e formações para, com isto, promover melhoria na gestão da educação e na gestão pública como um todo. Os dados apontaram claramente para um cenário com impactos positivos e que devem causar grandes reflexões sobre a educação a distância, se por um lado a maioria das instituições são privadas e detêm a maior parte da quantidade de matriculados em cursos à distância, com isso pode-se inferir que existe uma demanda que está sendo atendida, deve-se ser incluídas nos planejamentos.

Como uma forma a contribuir para melhoria na qualidade do ensino na educação, isto não apenas no âmbito nacional, mais também no estadual e municipal, nos níveis de ensino fundamental e médio presenciais, onde as escolas que têm suas aulas presenciais poderiam ter um dia na semana o ensino a distância como uma forma de minimizar preconceitos com esta modalidade de ensino, visando esta troca de ensino-aprendizagem que este ensino pode proporcionar, os gestores e especialistas poderiam planejar desta maneira, para não serem pegos de surpresa em situações atípicas, como no caso da pandemia conforme citado acima, diminuindo assim dificuldades ou riscos eventuais, pois estarão preparados e habituados com a modalidade. Ainda para encerrar, o que deixa claro nesses dados é que há uma tendência crescente na modalidade de ensino EAD e uma crescente demanda que merece ser levada em consideração, devido à flexibilidade e oportunidade aos que optam por esta modalidade.

## REFERÊNCIAS

ALVES, L, **Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo**, volume 10 a 2011, Disponível em: Artigo\_07.pdf (abed.org.br) Acesso 17 de dez 2022.

BERNARDO, V. **Educação a distância: fundamentos e guia metodológico**. 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net> > ... > Distance Learning. Acesso em: 17 de dez 2022.

BRASIL. Decreto nº 5.800, de 08 de Junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, Brasília DF. Disponível: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm) Acesso: 16 de Jan 2023.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira I Inep; **Censo da Educação Superior 2021** -Notas e Estatísticas disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/notas\\_estatisticas\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2021.pdf) Acesso 12 nov 2022.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira I Inep; **Censo Escolar Educação Básica 2021**- Notas e Pesquisas. Disponível em : Resultados — Inep ([www.gov.br](http://www.gov.br)) Acesso 18 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, **Lei de Diretrizes e bases da Educação. Lei nº 9.394**,. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394) , Acesso em 11 de nov 2022.

BRASIL, Ministério da Educação, **Plano Nacional de Educação PNE**, Disponível: PNE - Plano Nacional de Educação - Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014 ([mec.gov.br](http://mec.gov.br)) Acesso em 16 Jan 2023.

BRASIL, Ministério da Educação, **Programa Nacional de Formação em Administração (PNAP) Disponível em** <https://www.gov.br/28112017PPCEspGestaoPubMunicipalPNAP.pdf> ([www.gov.br](http://www.gov.br)) Acesso em 17 de jan. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação, CAPES ; **Educação a distância**, Brasília. DF. Disponível em: Educação a Distância — CAPES ([www.gov.br](http://www.gov.br)) . Acesso em: 16 de Jan 2023.

CERIGATTO, Mariana P.; MACHADO, Viviane G. OLIVEIRA, Édison Trombeta D.; RODRIGUES, Michele. **Introdução à educação a distância**. Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595026209. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/>. Acesso em: 14 nov. 2022.

CORREIA, Rosângela Aparecida R. **Introdução à educação a distância**. Editora: Cengage Learning Brasil, 2015. E-book. ISBN 9788522123803. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522123803/>. Acesso em: 05 jan. 2023.

COSTA, Adriano Ribeiro da, **A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL**: Concepções, histórico e bases legais, Revista Científica da FASETE 2017.1 | Disponível em:Rios\_2017.1.9.9 ([unirios.edu.br](http://unirios.edu.br)), Acesso em : 20 de nov de 2022.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica 1 Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

SILVA, Marcelo Fernando da, **Formação de administradores públicos no curso EaD** - disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo>, Acesso em: 11 nov 2022.

MAIA, C.; J. MATTAR. **ABC da EaD: a Educação a Distância** hoje. 1. ed. São Paulo: Pearson. 2007.

MORAN, J. M. **Modelos e avaliação do ensino superior à distância no Brasil**. ETD - Educação Temática Digital, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 54–70, 2009. DOI: 10.20396/etd.v10i2.977. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/977>. Acesso em: 14 jan. 2023.

OLIVEIRA, Aldimária Francisca P. de; QUEIROZ, Aurinês de Sousa; SOUZA JÚNIOR, Francisco de Assis de; SILVA, Maria da Conceição Tavares da; MELO, Máximo Luiz Veríssimo de; OLIVEIRA, Paulo Roberto Frutuoso de. **Educação a Distância no mundo e no Brasil**. *Revista Educação Pública*, v. 19, nº17, 20 de agosto de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/17/ead-educacao-a-distancia-no-mundo-e-no-brasil> Acesso 19 de nov 2023.

PEREIRA, J. M. **Políticas Públicas de Educação no Brasil**: A Utilização da EaD Como Instrumento de Inclusão Social. Revista de Gestão de Tecnologia & Inovação, Santiago, Chile, v. 3, n. 2, p. 44–55, 2010. Disponível em: <https://www.jotmi.org/index.php/GT/article/view/art79>. Acesso em: 20 nov. 2022.

PRODANOV, Cleber C; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**; 2ª Edição; Novo Hamburgo, 2013; Disponível em: <https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale>. Acesso 12 de jan. de 2023.

VASCONCELOS, S. P. G. **Educação a distância: histórico e perspectivas**. In: FÓRUM DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, 8., 2006. Anais... Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/viiiifelin/>. Acesso 29 de dez 2022.